

# Gestão dos problemas ambientais ou gestão da imagem ambiental?

Antônio Ribeiro de Almeida Júnior\*  
Fernanda Mancilha Fontes\*\*  
Carolle Utrera Alarcon\*\*\*,  
Fábio Moreira Pinto da Silva\*\*\*,  
Isabela Cristina Gomes Pires\*\*\*,  
Kátia Maria Sampaio Cezarino\*\*\*,  
Márcia Cristina Martilho\*\*\*,  
Tatiana Mitsusaki Ricci Xavier\*\*\*,  
Thais Felipe de Melo\*\*\*

## RESUMO

Este artigo é um estudo crítico do aparecimento da Gestão Ambiental. Examinaremos algumas de suas origens, alterações ao longo do tempo e perspectivas, visando entender suas múltiplas percepções e impactos na sociedade. Para fazer isto, enfocaremos os agentes mais importantes na conformação do discurso ambiental: o Estado, como responsável pelas políticas públicas; o setor privado e sua ação que degrada o ambiente; e a mídia que é um local privilegiado do debate público.

**Palavras-chave:** Gestão Ambiental. Mídia. Ambiente.

## ABSTRACT

This paper is a critical study of the raising of Environmental Management. We will examine its origins, alterations along the time and perspectives aiming to understand its multiple perceptions and impacts within society. In order to do this, we will focus the main agents to the conformation of environmental discourse: the State, as responsible for the public policies; the private sector and its action that degrade the environment; and the media which is a privileged place for the public debate.

**Key words:** Environmental Management. Media. Environment.

*“O que nos importa são sempre os homens e sua cidade. Mas sabemos que não podemos separá-los das pedras e das árvores. Começamos também a saber onde nos conduz essa separação.” (CASTORIADIS, 1987, p.158)*

## INTRODUÇÃO

A segunda metade do século XX foi marcada pela emergência da discussão generalizada sobre a questão ambiental. Nesse período, a crescente degradação do ambiente e a escassez de certos recursos naturais colocaram a temática da conservação da natureza no centro do debate público. Lentamente, conceitos, noções e práticas ambientais começaram a permear os discursos de diversos setores da sociedade.

As lutas ambientais mais antigas ocorreram em torno de questões locais. Segundo McCormick (1992), os custos imediatos e pessoais da poluição, da caça ou perda das florestas, levaram os indivíduos a formar grupos que se aglutinaram em coalizões, convertendo-se em movimentos nacionais. Como resultado desse processo, emergiu um movimento multinacional com expressão política global. Porém, esta não foi uma evolução linear, ocorreram períodos de dinamismo intercalados por outros de relativa letargia. Essa evolução esteve - e está - intrinsecamente vinculada às lutas sociais, ao desenvolvimento científico, às novas possibilidades tecnológicas, à industrialização, à urbanização e à emergência de novos valores sociais, culturais e econômicos (McCORMICK, 1992; PELICIONI, 2004; PONTING, 1995). Em outras palavras, trata-se da própria história da transformação recente da sociedade humana e de uma temerosa redescoberta de que nossa espécie é produto da interação com o meio e, como tal, não pode se dissociar do mesmo. Nas palavras de Cornelius Castoriadis:

Sem dúvida alguma, e isso foi explicitamente formulado bem no começo da era científica moderna, o imenso trabalho realizado há séculos foi também em parte motivado pela idéia de que o homem poderia assim tornar-se senhor e possuidor da natureza. Os resultados de sua atividade científico-técnica o fariam antes aparecer hoje como a mais nefasta escória do planeta. Lembram-lhe em todo o caso e talvez sob pena de morte sua inscrição não ultrapassável numa natureza a cuja sutileza e a cuja profundidade suas atividades conscientes não conseguem comparar-se; que é seu habitat, mas não será nunca seu domínio e que o habita tanto quanto ele a habita, como o testemunham sua nova patologia tanto somática quanto psíquica, tanto individual quanto coletiva. (CASTORIADIS, 1987, p.158)

As contestações e as lutas resultaram na consciência de uma co-responsabilidade global, engendrada inicialmente por grupos isolados que convergiram para formar um movimento plural que passou a fazer parte do quebra-cabeça que é a crise contemporânea. O movimento ambientalista não possui um marco inicial nítido, emergiu em lugares e em tempos diferentes e por motivos diversos, falando muitos dialetos ambientais e propondo múltiplas abordagens, epistemologias e soluções para os problemas ambientais (McCORMICK, 1992). Talvez seja melhor falar em movimentos ambientalistas, pois ainda não houve, e é possível que não venha a haver, uma unificação das linguagens e das lutas. Por um lado, esta multiplicidade é fonte de acusações contra o ambientalismo. Até certo ponto, esta é uma das causas das dificuldades de organização do movimento, uma das causas de sua fraqueza e

fragmentação. Mas, por outro lado, devemos considerá-la como efeito de um debate que se desdobra, como um momento necessário de criatividade para a superação de nossa ignorância em relação ao meio que habitamos.

Para pensar as coisas nos termos propostos por Thomas Kuhn (2003), trata-se de um momento de transição paradigmática e de competição entre diversos paradigmas, tanto científicos quanto sociais. Por isso, essa multiplicidade não surpreende, é antes expressão de que ainda há esperança e de que a imaginação não foi completamente aprisionada pela loucura das quantidades, do lucro e do consumo.

Atualmente a percepção da importância do ambiente encontra-se disseminada em todas as esferas da sociedade. Sua emergência deve-se, entre outras coisas, a uma série de acontecimentos emblemáticos pontuais. Tal percepção da questão ambiental encontra-se amparada em diferentes vertentes do pensamento ambientalista e sofre influência de agentes diversos, interesses diferentes e momentos históricos peculiares.

As primeiras concepções do movimento ambiental fundamentavam-se em uma visão naturalista do ambiente, expressas em ações de proteção da vida selvagem e de conservação de áreas verdes urbanas (McCORMICK, 1992). Essa visão da natureza foi formada principalmente devido às constatações de Darwin sobre a evolução e à realocação imaginária do homem no ambiente natural; ao Romantismo que alardeava a preservação das paisagens paradisíacas; e à Revolução Industrial, que intensificou a degradação da qualidade de vida. Esse período inicial marcou o aparecimento de pressões de grupos sociais sobre os órgãos de governo; do uso do poder do consumidor; das primeiras organizações de defesa do ambiente; e da conseqüente promulgação de leis. Data dessa época a bipartição entre um movimento preservacionista e outro conservacionista, que pregava o uso racional dos recursos (DIEGUES, 1996). Essa bipartição acompanha as discussões sobre o uso dos recursos naturais até os nossos dias.

Esses primórdios do movimento ambientalista criaram a necessidade de internacionalização do diálogo. Depois da II Guerra Mundial, isto se tornou urgente pois a humanidade envolveu-se com potenciais conflitos nucleares. Esta ameaça à sua própria existência despertou muita atenção para outras ameaças relacionadas à degradação do ambiente. Esse período foi extremamente conturbado devido às perspectivas pessimistas de uma era de afluência irresponsável, apreensão atômica, desastres ambientais largamente explorados pela mídia e profecias apocalípticas oriundas da comunidade científica.

Em 1962, Rachel Carson publicou o livro **Primavera Silenciosa** que foi um dos responsáveis pela explosão de um movimento ambientalista radical, totalmente transformado, mais dinâmico, sensível e de base social mais ampla. Em abril de 1970, cerca de trezentos mil norte-americanos participaram de manifestações do Dia da Terra, fazendo com que o ambientalismo ganhasse destaque nos principais jornais e revistas do mundo.

À medida que a crise ambiental tornava-se global, passava a fazer parte dos

principais debates, crescendo, conseqüentemente, a necessidade de teorias e conhecimentos científicos mais profundos que embasassem o movimento ambiental (LEIS; D'AMATO, 1995). Assim, desenvolveu-se uma intensa atividade científica que, com base em projeções, culminou em teorias alarmistas e catastróficas sobre o destino da humanidade. Muitas dessas teorias ficaram desacreditadas, mas incitaram as pessoas a pensar sobre o ambiente, abrindo caminho para mudanças nas atitudes sociais e nas políticas públicas.

A partir da década de 1970, as questões políticas, sociais e econômicas geradoras de impactos ambientais passaram a ser discutidas de forma integrada em Conferências Internacionais. Há três vertentes principais de abordagem dos problemas, sendo a primeira baseada na noção de ecologia global, que questiona a própria estrutura social; a segunda alarmista, influenciada pelo Clube de Roma; e a terceira técnico-administrativa, que surgiu em conseqüência da Conferência de Estocolmo. As três abordagens passaram a influenciar a formulação de políticas públicas (REIGOTA, 1999 apud PELICIONI, 2004, p. 447).

Frequentemente, a literatura sobre a questão ambiental cita os documentos que resultaram das três conferências internacionais sobre meio ambiente patrocinadas pela Organização das Nações Unidas – ONU (1972, 1992 e 2002). Ainda que se possa argumentar que essas conferências representaram significativos avanços, essas discussões resultaram apenas na formulação de um modelo conservador de políticas ambientais que protege amplamente os interesses das organizações privadas. Desse período até os dias atuais, o discurso ambiental foi permeado pela publicidade da “internalização dos custos ambientais” levada adiante por diversos segmentos da sociedade sob o rótulo do “desenvolvimento sustentável”. A variação do entendimento do que seja a luta do movimento ambiental contribui para uma heterogeneidade de discursos e influências sobre a tomada de decisão dos indivíduos.

A questão ambiental não é um modismo que passará com o tempo. Ao contrário, observa-se uma ocorrência crescente de problemas ambientais e, conseqüentemente, um incômodo também crescente por parte de indivíduos e de grupos em relação ao ambiente degradado. Apesar de toda a publicidade, de todo o “marketing verde”, de toda a distorção da cobertura jornalística e de outros ataques contra o ambientalismo, a percepção dos problemas ambientais é cada vez mais aguçada. Agora os riscos parecem apontar para uma mudança do discurso ambiental daqueles que ocupam o centro do poder social e econômico. Parece haver indícios suficientes apontando para uma virada nas políticas ambientais e para a possibilidade do uso do discurso ambiental para promover novas formas de autoritarismo. Por exemplo, em seu livro **A vingança de Gaia**, James Lovelock (2006, p.134) escreve sobre o que ele chama de ecofacismo.

Segundo o filósofo José Coimbra (2004), a questão ambiental tem as características de uma revolução, questionando os fundamentos naturais e sociais da civilização pós-industrial. A questão ambiental põe em dúvida atividades de caráter técnico-científico, econômico, social, cultural, político, entre outras coisas. Por exemplo, ela leva à contestação do desenvolvimento tecnológico sem limite, a discutir o consumismo, a analisar e debater o papel dos diversos agentes da sociedade

contemporânea. Ela trata também dos riscos globais que ameaçam a sobrevivência dos seres humanos, configurando-se como a única a apresentar características tão amplas.

Nesse sentido, enquanto instrumento de adequação ambiental, a Gestão Ambiental ganhou espaço nas últimas décadas e conseqüentemente, tornou imprescindível a formação de pessoas capacitadas para lidar com as novas necessidades. Este trabalho consiste no estudo crítico do aparecimento da Gestão Ambiental, suas origens, alterações ao longo do tempo e suas perspectivas atuais com o objetivo de compreender suas múltiplas percepções e impactos na sociedade.

Para tanto, enfocaremos os agentes mais importantes na conformação do discurso ambiental: o Estado, como regulador de políticas; o setor privado e sua ação degradadora no ambiente; e a mídia, que é o local privilegiado do debate público na atualidade.

## **O ESTADO BRASILEIRO E A GESTÃO AMBIENTAL**

O planejamento é um importante instrumento para se lidar com a incerteza. Neste contexto, a Gestão Ambiental apresenta-se como uma possibilidade para uma administração integrada, contínua e participativa que pode contar com diferentes agentes sociais, tais como: organizações civis, as empresas, as ONGs, além do Estado. Ela pode conciliar o desenvolvimento econômico/social às estratégias de ação ambientalmente menos danosas.

Na questão ambiental, o Estado tem várias funções, por exemplo, proteger recursos naturais e ambientais; intermediar conflitos entre diferentes agentes sociais que anseiam pelo controle desses recursos; estabelecer agências para fiscalizar as atividades e punir os infratores da legislação ambiental; conter as atividades que ele mesmo exerce dentro dos melhores padrões de conservação ambiental. O Estado deve estabelecer leis, regulamentações para que as ações dos agentes sociais sejam menos destrutivas. Ele deve também orientar as ações, realizando pesquisas sobre as melhores práticas e fornecendo informações à população. O Estado deve ter a preocupação de estabelecer diretrizes de planejamento ambiental, definindo um norte ambiental para as suas ações e para os seus projetos. Ele deve procurar criar uma consciência ambiental em todas as suas esferas, resolvendo eventuais questões sobre como atuar, quais ferramentas utilizar, entre outras coisas. O estabelecimento das prioridades, das estratégias, dos investimentos, dos projetos etc., deve contar com ajuda de diversos agentes sociais sejam eles ONGs, técnicos ou outros representantes da sociedade.

Como sabemos, no Brasil, o Estado costuma patrocinar políticas de desenvolvimento econômico geradoras de grandes distorções, tais como: concentração de renda, desigualdade social e devastação ambiental. Na década de 1930, principalmente durante o governo Vargas, houve uma considerável centralização do poder no Estado. Ao mesmo tempo, com o argumento desenvolvimentista, a política do Estado brasileiro favoreceu o capital industrial. Assim, por exemplo, as políticas urbanas foram relegadas ao segundo plano,

resultando na expansão desenfreada e desorganizada das cidades. Como conseqüência, vastas parcelas da população foram obrigadas a viver sem as mínimas condições de saúde e moradia, sem infra-estrutura ou saneamento básico. Por esta via, a problemática sócio-ambiental transformou-se num fator importante para a persistência dos baixos índices de desenvolvimento humano (JORGE, 2004, p. 747).

Esta situação persistiu e se intensificou com a continuidade das políticas desenvolvimentistas nas décadas seguintes. Nos anos 1950, Juscelino Kubitschek propôs como lema “50 anos em 5”. Nos anos 1960 e 1970, o governo militar patrocinou grandes projetos que degradaram intensamente o ambiente, como a ocupação da Amazônia, cujo *slogan* de atuação era: “Integrar para não entregar” (JORGE, 2004, p. 747).

Em 1973, em meio à política desenvolvimentista do governo militar, foi criada a Secretaria Especial de Meio Ambiente. Isto ocorreu depois da Conferência Internacional sobre Meio Ambiente de Estocolmo, na qual a posição brasileira era claramente pautada na aceitação e até no incentivo à poluição. O “*velho lema do homem de negócios do século XIX: ‘onde tem lama, tem grana’*” (HOBSBAWM, 1995, p. 257) parecia plenamente válido, ou seja, a política brasileira para atrair investimentos externos tinha como fundamento a idéia de que poluição quer dizer riqueza. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, o mundo passava por uma fase de intenso crescimento econômico e de difusão de um padrão de consumo ilimitado. Em 1973, veio a crise do petróleo. Aguçou-se assim a consciência da forte dependência entre economia e recursos naturais. Estocolmo propiciou a internacionalização dos esforços para mudanças das políticas públicas como caminho para reagir efetivamente aos problemas ambientais globais (HOBSBAWM, 1995; NEDER, 2002; PELICIONI, 2004).

Nesse contexto, e em plena ditadura militar, o Brasil foi pressionado a adotar uma nova postura em relação ao ambiente. Segundo Neder (2002), entre 1974 e 1979, o II Plano Nacional de Desenvolvimento definiu como prioridade o controle da poluição industrial por meio de normas antipoluição e de uma política de localização industrial. Esta política concentrava fortemente no Estado a responsabilidade pelo controle da poluição. Paradoxalmente, o restante das políticas de desenvolvimento incentivadas pelo Estado se desvinculava totalmente da questão ambiental.

Diante desse cenário e sob influência da sociedade civil descontente, o governo passou a dar maior relevância à questão ambiental. Desse modo, ainda no período da ditadura militar, foi aprovada a lei federal nº 6.938/81, que estabeleceu a Política Nacional de Meio Ambiente. Dentro desse contexto, foi criado o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) e o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) que, apesar de serem pouco expressivos e carentes de recursos humanos, são importantes ferramentas de Gestão Ambiental e incluem diversos agentes sociais em seus processos decisórios (CARVALHO, 2003, p. 261).

Ao tratarmos do planejamento ambiental do governo brasileiro, devemos considerar a divisão de competências do poder no Brasil. Entre estas, as divisões hierárquicas não são menos importantes. Em âmbito regional, geralmente, o planejamento

territorial enfocou os grandes investimentos públicos em infra-estrutura como a implantação de hidrelétricas e rodovias. Quase sempre, estas obras resultaram em grandes impactos ambientais e sociais. Já em âmbito local, os planos diretores eram os principais instrumentos para o planejamento governamental do final da década de 1960. Estes se revelam como parte de uma política centralizadora, que libera empréstimos às cidades que possuem planos diretores, os quais irão enfatizar aspectos de crescimento urbano das mesmas, reduzindo a discussão de assuntos com caráter social e ambiental e o poder de decisão local (JORGE, 2004, p. 753).

A presença de fortes tendências centralizadoras e autoritárias no planejamento do Estado brasileiro foi observada, principalmente, durante o regime militar. Essas tendências ficaram evidentes nas atitudes que resultaram na diminuição drástica da capacidade financeira dos municípios. Houve um verdadeiro desprezo em relação aos serviços e à infra-estrutura urbana. A prioridade estava nos investimentos em infra-estrutura regional (QUINTAS, 2002). O governo investia em obras que atendessem ao capital privado, em detrimento dos investimentos em estruturas básicas de caráter social. Obras de saneamento, transporte, habitação, políticas de reforma agrária foram relegadas ao futuro incerto. Estas questões latentes que demandavam enormes investimentos públicos não foram resolvidas e se tornaram vetores da degradação ambiental (QUINTAS, 2002).

Atualmente, podemos perceber esforços direcionados para políticas de descentralização, a qual pode ser alcançada em parte pela “municipalização”. São propostos conselhos municipais deliberativos e paritários (poder público e sociedade civil), visando conferir maior transparência ao processo decisório. Entretanto, cogita-se a idéia de que a questão deliberativa tornaria esses governos locais vulneráveis às pressões de agentes que defendem interesses particulares e danosos (CARVALHO, 2003, p. 261).

O Estado tem papel fundamental na definição de diretrizes, regras e condutas em relação ao ambiente. Ele deve exercer o controle e a fiscalização dos sistemas de produção vigentes em seu território. Em parceria com a sociedade, deve estabelecer os planejamentos e as resoluções que visam manter a integridade e a restaurar o ambiente. Porém, observa-se a interferência de agentes privados no processo decisório do Estado brasileiro, permitindo assim a predominância de seus interesses na gestão pública (JORGE, 2004, p. 748).

No caso da Gestão Ambiental, o Estado é o ponto de partida. As pressões sociais que emergiram em função da crescente consciência ambiental da população forçaram o Estado a exercer uma Gestão Ambiental de seu território. Isto levou ao aparecimento de situações incômodas e contraditórias. Mesmo quando contidas em seus limites mínimos, as políticas ambientais impõem limitações relevantes aos interesses do capital. Elas questionam o comportamento empresarial, além de questionar os projetos do próprio Estado. As leis ambientais podem representar sérios obstáculos a certas formas de busca do lucro.

As políticas ambientais foram moldadas com um foco industrial. Mesmo depois da Rio-92, o que se observou foi a criação de mecanismos como a ISO 14.000 que passaram a ser largamente difundidos como as principais práticas ambientais.

Desde o começo do debate ambiental, as empresas sempre estiveram sob os holofotes e tentaram reverter o que antes era desvantagem em vantagem competitiva.

Segundo Neder (2002), os conceitos e as práticas da Gestão Ambiental foram aplicados primeiramente nos países desenvolvidos do hemisfério Norte. A implantação de agências e institutos de meio ambiente para regulação pública visava possibilitar a disseminação destes conceitos e práticas, como também a fiscalização de seu emprego pelos agentes sociais. Os programas que resultaram deste processo abrangiam uma grande diversidade de temas e, a partir dos anos 1980, atingiram o setor empresarial,

Nos anos 80 essa tendência atinge a América saxônica (Canadá e Estados Unidos) e América Latina (...). Na década de 90 – com a ampliação do conceito para o setor mercantil – a gestão ambiental tem como alvo potencial o sistema produtivo e de comercialização das empresas. Dessa forma, são reelaborados os conceitos de gestão ambiental (originariamente aplicados a políticas públicas) para sua aplicação a produtos, minimização de matéria-prima, revisão de aspectos relativos ao obsolescimento programado envolvendo análise do ciclo de vida dos produtos, marketing e comercialização, e a rotulagem ecológica. (NEDER, 2002, p. 345).

## **ORGANIZAÇÕES EMPRESARIAIS E A “INTERNALIZAÇÃO DA VARIÁVEL AMBIENTAL”**

Os debates desencadeados pelo ambientalismo acabaram obrigando a ONU a assumir posições em relação às questões ambientais. Em 1972, a Conferência de Estocolmo inseriu de maneira definitiva estas questões no debate internacional. Os problemas ambientais adquiriram novos significados e relevância para as empresas, passando a ser considerados em relação aos diferentes elementos da cadeia produtiva. As dimensões econômicas e mercadológicas das questões ambientais têm-se tornado cada vez mais importantes nas estratégias empresariais. Assim, o comprometimento de empresários e administradores na busca por soluções ambientalmente adequadas para os problemas da produção, distribuição e consumo de bens ou serviços tem aumentado significativamente (SOUZA, 2006).

Os governos e ativistas sociais têm sido historicamente os mais importantes agentes a influenciar as práticas ambientais corporativas. A partir da década de 1970, para atender às exigências de leis, as empresas começaram a incorporar a questão ambiental em suas agendas e atitudes. No entanto, o ambientalismo era visto de modo negativo, como uma restrição à atividade empresarial e conseqüentemente, aos lucros. Mesmo assim, houve nesse momento, a criação de uma nova função nas organizações: o encarregado pela questão ambiental, que cuidava essencialmente da adequação à regulamentação governamental. A maior preocupação era com a destinação correta dos resíduos, com as chamadas

tecnologias de fim de tubo (SOUZA, 2006; DAIROT et al, 1999).

Na década de 1980, os grupos ambientalistas cresceram em número de pessoas e orçamentos, tornando-se mais organizados e exercendo uma influência maior e mais direta nas práticas ambientais das empresas. A preocupação ambiental passou a fazer parte da chamada “responsabilidade social” das corporações. Progressivamente, as responsabilidades dos encarregados pela questão ambiental se estenderam para aplicação de medidas internas e preventivas, integrando-se à segurança e à saúde no trabalho. Os gastos com proteção ambiental começaram a ser vistos não como custos, mas como investimentos no futuro e como vantagem competitiva. Os profissionais ambientais e suas equipes começaram a conquistar uma melhor inserção na estruturas decisórias das empresas, aproveitando as possibilidades para a implantação de práticas ambientalmente mais seguras (SOUZA, 2006).

Apesar desses avanços, no final dos anos 1980, em geral, as empresas ainda viam a Gestão Ambiental apenas como custo, devido principalmente às multas e aos “gastos” para a adequação dos processos produtivos. Existia uma “*divisão nítida entre os defensores da natureza, ditos ecologistas, e os que pregavam a exploração irrestrita dos recursos naturais*” (SHIMADA, 2006).

No início da década de 1990, houve alguma profissionalização da Gestão Ambiental das empresas. O “desenvolvimento sustentável” entrou na agenda do mundo dos negócios. De acordo com o discurso empresarial, as decisões estratégicas buscavam não apenas a adequação às regulamentações, mas antecipá-las e transformá-las em um diferencial mercadológico. Claro que isto não era totalmente verdadeiro e grande parte do que se fez mal atendia à legislação em vigor.

O conceito de sustentabilidade definido pelo relatório **Nosso futuro comum** pode ser expresso da seguinte maneira: satisfazer as necessidades da geração atual permitindo às gerações futuras satisfazer suas próprias necessidades. Em uma leitura conservadora deste conceito, as empresas são consideradas as responsáveis por atender as necessidades humanas. Por isso, em seu processo produtivo deveria ocorrer: uma redução na geração de resíduos; uma maior produção deveria ser obtida com os mesmos insumos; uma priorização do uso de recursos renováveis; uma minimização dos impactos negativos sobre a saúde do homem e do ambiente, entre outras práticas (PHILLIPI JÚNIOR et al, 1999). Tecnologias de produção “mais limpas” passaram a ser mais utilizadas, por atenderem de forma eficiente a idéia de sustentabilidade adotada pelas empresas e serem mais econômicas que as tecnologias de fim de tubo (DAIROT et al, 1999).

Nos últimos anos, saltos quantitativos foram dados na implantação de práticas e na formulação de diretrizes que tratam a questão ambiental de forma sistêmica e integrada. Isto não significa que do ponto de vista qualitativo também tenha ocorrido transformações significativas. Por meio de Sistemas de Gestão Ambiental (SGA), as organizações gerenciam sistematicamente suas questões ambientais, integrando-as, com freqüência, à administração global. Assim, as organizações estão aptas a identificar os aspectos ambientais e os impactos das atividades, produtos e serviços; a desenvolver políticas, objetivos e metas e a administrá-los; a alocar os recursos

para uma implementação eficaz; a medir e a avaliar o desempenho e a rever e examinar suas atividades. A Gestão Ambiental passou a ser vista por algumas empresas como investimento, como uma forma de aumentar a lucratividade. No entanto, isto não significa que todas as empresas adotaram, de fato, uma nova perspectiva de produção e muito menos um novo paradigma. Os aspectos econômicos continuam no comando da produção.

As certificações internacionais são importantes instrumentos dos SGA, pois fornecem à administração dos negócios uma estrutura para gerenciar os impactos ambientais. Por exemplo, a BS 7750 pode ser usada para descrever o sistema de gerência ambiental de uma companhia, avaliar seu desempenho e definir as políticas, as práticas, e os objetivos; o EMAS (*Eco-Management and Audit Scheme* – Sistema de Eco-Gestão e Auditoria) é um instrumento voluntário dirigido às empresas que pretendam avaliar e melhorar os seus comportamentos ambientais e informar ao público a respeito do seu desempenho e intenções. Supostamente, este instrumento não se limita ao cumprimento da legislação ambiental existente. No cenário internacional, existem ainda outras formas de certificação ambiental, como a série ISO 14.000. Essas certificações garantem que a empresa certificada atende aos processos estabelecidos em suas normas durante a produção, modificando a posição mercadológica do produto pela sua correção ambiental e contribuindo para a imagem positiva da empresa no mercado (KRAEMER, 2003).

Nos últimos anos, a Gestão Ambiental empresarial tem sido condicionada pela pressão das regulamentações, acionistas, investidores, bancos, consumidores, pela própria concorrência, pela busca de uma melhor reputação e pela redução do risco ambiental (SOUZA, 2006).

A responsabilidade social das corporações está relacionada, principalmente, à redução de risco financeiro das empresas, na forma de redução de multas, ações judiciais e construção de uma imagem positiva, mas de fato, descartando a dimensão ética e moral no tratamento das questões ambientais (SOUZA, 2006). É importante ressaltar que cada empresa se encontra em uma fase de evolução no processo de “*internalização da variável ambiental*”. Algumas apenas se ajustam às leis, outras procuram se antecipar as regulamentações impostas tanto pelos governos, quanto pela sociedade. No entanto, a maior parte das empresas desenvolve suas ações ambientais principalmente como resposta às regulamentações ambientais do Estado, e não como uma política para atender aos interesses da sociedade (SOUZA, 2006).

Em 1991, ocorreu a II Conferência Mundial da Indústria (CCI), coordenada pelo núcleo transnacional do capitalismo contemporâneo. Neste evento, a fim de expressar claramente as posições empresariais para a ECO-92, as corporações publicaram a Carta Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável (NEDER, 2002). Esta carta propõe como princípio a adoção da Gestão Ambiental, em conformidade com a definição das Nações Unidas. Ao contrário da simples prática controlista que tinha procedimentos pontuais, embora seja bastante limitada, esta definição da Gestão Ambiental privilegiava os processos, a continuidade.

Para o setor empresarial, outro marco foi o lançamento do livro de Stephan

Schmidheiny, **Mudando o rumo: uma perspectiva empresarial global sobre desenvolvimento e meio ambiente**, pelo *Business Council on Sustainable Development* (BOLDRIN; BOLDRIN, 2003). Neste livro, vários conceitos foram propostos como solução de longo prazo para a devastação ambiental e o possível declínio dos lucros empresariais (BERNAN; KNOEPFLI, 2000). Em suma, buscava-se uma transformação da noção de racionalidade que orienta o capitalismo, utilizando-se de conceitos como a eco-eficiência. Notadamente, Schmidheiny tornou-se referência como empreendedor da responsabilidade socioambiental empresarial (BATALHA 2003). O caso é exemplar, pois Schmidheiny tinha sido proprietário do conglomerado Eternit, empresa de cimento-amianto que, somente no Estado de São Paulo, tinha 2.500 casos de trabalhadores com câncer decorrente da exposição ao amianto reconhecidos pelo Ministério Público (VIEGAS, 2007). Schmidheiny *“nega toda a responsabilidade e se gaba de hoje ser uma locomotiva do desenvolvimento sustentável”* (TEUGELS; KROLS, 2006).

Em 1991, a ISO (International Organization for Standardization) constituiu o Grupo Estratégico Consultivo sobre Ambiente (SAGE). Em 1996, foi aprovada a ISO 14.000 que incorporou vários conceitos surgidos nas conferências de Estocolmo e Rio-92, levando as empresas, destacadamente as transnacionais, a um novo patamar de modernização ecológica e ao uso de conceitos de Gestão Ambiental (PHILIPPI JÚNIOR; AGUIAR, 2004).

A partir dos anos 1990, as demandas sociais passaram a pressionar para uma nova visão de organização. Desde então, a competitividade passou a estar vinculada não apenas à capacidade de produção a baixos custos, mas também ao atendimento de políticas ambientais e sociais.

Apesar dos avanços nas atividades empresariais, aqui sucintamente relatados, a verdade é que, no mundo empresarial, existem enormes resistências à implantação de formas de Gestão Ambiental eficientes. Para a esmagadora maioria dos empresários, o que de fato importa são os negócios. As questões ambientais são pensadas dessa perspectiva, considerada como a única sensata e viável. Assim, os avanços resultam da imposição de regulamentações por parte do Estado ou da transformação do discurso ambiental em “vantagem competitiva”, isto é, em vantagem econômico-financeira para as empresas. E, como dissemos, as ações do Estado dependem fundamentalmente da existência de pressão social. Grande parte dos esforços empresariais visa apenas encobrir os riscos e os danos ambientais causados, buscando transformar a imagem ambiental das empresas com o mínimo de investimentos na solução dos problemas reais causados ao ambiente.

## **O PAPEL DA MÍDIA NA PERCEPÇÃO DA QUESTÃO AMBIENTAL**

Atualmente, a mídia é um dos meios mais atuantes na formulação do senso comum e na mobilização social. Ela é um local em que ocorre grande parte do debate público e onde as pessoas comuns se informam sobre este debate. É um imprescindível agente de estímulo social, por ser o grande difusor de informações e, por isso, capaz de direcionar condutas pessoais e de interferir nos debates sobre as políticas públicas (GERBNER, 2002; BRYANT; ZILLMANN, 2002).

A informação possui nítida importância no processo de formação de opinião e de tomada de decisões (HERMAN; CHOMSKY, 2003). Assim, os movimentos sociais que moldam e ditam valores são estimulados ou desacreditados pelas informações transmitidas pelos veículos de comunicação social.

Diversos estudos e pesquisas sobre a atuação da mídia no âmbito social atribuem-lhe efeitos relevantes (BRYANT; ZILLMANN, 2002; GERBNER, 2002; McCOMAS; SHANAHAN, 1999). Entretanto, sabemos que os indivíduos também são influenciados por outros fatores como a comunidade em que estão inseridos e a sua situação econômica. Dessa forma, os meios de comunicação não submetem completamente os indivíduos, mas atuam decisivamente no fornecimento das informações que orientaram suas decisões.

Por exemplo, próximo a ECO-92, ocorreu uma politização crescente da questão ambiental. Na cobertura jornalística, as divulgações de desastres ecológicos foram constantes e ocorreu a incorporação nas notícias de conceitos antes circunscritos apenas ao meio acadêmico (PELICIONI, 2004). Segundo Angerami Ramos (1995), a Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento teve repercussão mundial, contando com a participação de diversos segmentos da sociedade e foi amplamente divulgada pela mídia. Angerami Ramos revela, no entanto, que a cobertura da mídia foi distorcida e não se concentrou nos problemas ambientais, focando principalmente as celebridades e a organização do evento.

Na esfera ambiental, a informação oferecida pela mídia tem potencialmente a capacidade de interferir e de orientar as relações da sociedade com a natureza. É importante ressaltar que existem diferenças entre a “comunicação ambiental”, feita por ONG’s e órgãos públicos que possuem a intenção de conscientizar e a “publicidade ambiental”, utilizada pelas empresas como parte de seu marketing. Esta publicidade sobre a temática ambiental apropria-se de imagens da natureza para atrair a atenção para as empresas, e não necessariamente tem a intenção de transmitir informações corretas sobre a questão ambiental.

Na mídia brasileira, a temática ambiental foi abordada de diferentes modos, com contextos sociais e enfoques empresariais distintos. Segundo Andrade (2006), durante a década de 60 houve a consolidação da indústria cultural e de vários veículos de comunicação, sendo a televisão o principal deles. No mesmo período, ocorreu um fortalecimento da política ambiental em todo o mundo. Nesse sentido, o autor considera o desenvolvimento do setor de telecomunicações como um provável indutor desse fortalecimento (ANDRADE, 2006, p. 1).

Desse modo, a maior disponibilidade de informações permitiu um aprimoramento da percepção dos problemas ambientais, em um momento em que o debate público, em geral, sofria privações impostas pelo regime militar. Na ideologia daquela época, a mídia era vista pelos empresários e pelo governo como capaz de influenciar decisões governamentais e, ao mesmo tempo, denunciar os problemas ocorridos, interferindo na relação dos indivíduos e da sociedade com a natureza. Nas palavras de Thales Andrade (2006, p.2): (para) alguns agentes governamentais e grandes corporações, a denúncia de problemas ambientais era responsabilidade mais da mídia do que dos ambientalistas, setores esses incapazes de influenciar a agenda

pública.

No entanto, as pesquisas existentes mostram que esse ideal de uma mídia combativa que busca informar o público corretamente está longe de ser real (CHOMSKY, 1997). Hoje, no Brasil, podemos perceber claramente que, longe de denunciar os problemas ambientais ou questionar o governo e as empresas, a mídia tem servido aos interesses desses agentes.

A partir da década de 1980, sociólogos, comunicólogos, lingüistas e outros pesquisadores procuraram estudar o impacto sobre a audiência das mensagens ambientais lançadas pela mídia, sendo apontados problemas como: “o sensacionalismo do discurso midiático, a tendência a exprimir posições oficiais e uma visão parcial e superficial das questões ambientais” (ANDRADE, 2006, p. 2).

Nos anos 1990, ocorreu uma crise da mídia tradicional, que passou a concorrer com a televisão paga e a internet e outros meios de comunicação, tendendo assim a uma alteração da relação com os debates ambientais (SMITH, 1991; ORTIZ, 1994 apud ANDRADE, 2006, p.3). É neste período que se evidencia, também, o aumento da demanda por obtenção de selos de qualidade e certificações, relacionado à oportunidade da construção de uma imagem ambientalmente responsável, motivado também pelo crescimento do consumo de produtos com apelo ambiental e pela adoção de princípios de responsabilidade social, alavancando o ramo publicitário e de *marketing* (ANDRADE, 2006, p. 8).

Assim, a publicidade ambiental tornou-se uma ferramenta que permeia as representações sociais e integra mercadorias ambientais ao consumo, pois é ao mesmo tempo, resultado e conseqüência de fatores econômicos, sociais, políticos e culturais. Ou seja, não é apenas uma técnica que tem como finalidade fomentar a compra de produtos ou serviços, mas é um produto de origem sócio-cultural (BRETON; PROULX, 2002 apud ASSIS, 2006, p. 2).

Por meio da publicidade, as empresas apropriam-se da natureza de várias formas, por exemplo, utilizando temas que estão em voga na opinião pública para divulgar suas atuações socioambientalmente responsáveis; apropriando-se de imagens e símbolos da natureza como forma de sedução dos consumidores; formulando uma estética da natureza como forma de idealizar um mundo melhor, promovido pelas ações ambientalmente responsáveis das empresas; explorando as características positivas da natureza e as transferindo para o caráter empresarial.

Quase todas as formas de apropriação da temática ambiental pela publicidade são superficiais. Não buscam a conscientização dos indivíduos ou a divulgação de informações precisas, mas apenas a criação de empatia nas pessoas com a mensagem ou produto da empresa, na posição única de consumidores. Sendo assim, esse tipo de publicidade não colabora para a sensibilização em prol da causa ambiental e pode prejudicar o entendimento do tema.

O discurso publicitário também busca construir uma percepção pública dos problemas ambientais, através da criação de uma nova concepção de ambiente; “invenção” de uma responsabilidade empresarial; ocultamento dos impactos sócio-

ambientais; criação de uma idéia de progresso e desenvolvimento atrelada às novas obras. Ou seja, a natureza é representada de modo utilitarista (apropriação e utilização) (EGRI; PINFIELD, s/d), e sua utilização é condição necessária para a manutenção do crescimento econômico, da qualidade de vida, do desenvolvimento nacional, de um futuro melhor e a perpetuação da vida.

Assim, o mundo idealizado projetado pela publicidade das empresas degradadoras do ambiente acaba por substituir a realidade, apresentando uma visão maquiada e distorcida dos eventos, e nos levando a ver de modo insatisfatório. Esta publicidade propõe um imaginário social que reafirma um controle técnico da natureza e, conseqüentemente, a continuidade do modelo de exploração atual. Fabrica-se, portanto, um ambiente passível de modificações e se ignora a existência de outros usos e atribuições para além da produção de mercadorias e da geração de riquezas econômicas. Desse modo, os investimentos em uma imagem ambiental positiva tornam-se “diferenciais de competitividade”. Ocorre a legitimação da apropriação desigual de recursos naturais e a “aceitação” da contradição entre desenvolvimento econômico e conservação da natureza (LAYRARGUES, 1998).

Mas, não são apenas a publicidade e o “*marketing verde*” que dificultam o entendimento das questões ambientais. O jornalismo também tem um papel importante no encobrimento da realidade. Não vamos nos estender sobre este assunto dado que ele não é parte da Gestão Ambiental das empresas, mas faz parte de uma Gestão Ambiental mais ampla, de cunho social. Isto não quer dizer que ele não interesse diretamente às empresas, interessa. No entanto, é uma constante o jornalismo que acaba encobrindo ou exagerando certos problemas ambientais em função de interesses outros que não a mera informação correta da população. Ele se entrelaça com os esforços de marketing ambiental das empresas e, muitas vezes, reporta estes esforços como se eles estivessem, de fato, transformando a realidade ambiental do país. Em momentos nos quais as questões ambientais podem ser utilizadas para mobilizar a população em direção a objetivos do Estado ou das grandes corporações, o jornalismo pode dar vazão a um discurso aparentemente mais radical.

## **CAPACITAÇÃO PARA A GESTÃO AMBIENTAL**

Do mesmo modo que a responsabilidade sócio-ambiental das empresas, a formação de recursos humanos para a Gestão Ambiental no Brasil está estreitamente ligada à criação de leis ambientais e às regulamentações do governo. Em larga medida, esta capacitação resulta das imposições legais e não do mercado, que só passa a existir pela obrigatoriedade.

A formação de pessoal ligado à área ambiental apresentou vários momentos, relacionados à visão política e às leis promulgadas. Em um primeiro momento, nas burocracias dos Estados mais industrializados, ocorreu a criação de equipes de fiscalização, voltadas ao controle e punição. Esses técnicos formavam dois subgrupos: 1) os sanitaristas, preocupados com as relações entre saúde pública e ambiente e 2) os tecnólogos, formado por pessoal técnico oriundo de escolas tecnológicas voltadas para áreas de produção industrial (engenharia de produção,

mecânica e metalurgia). Assim, apesar de nesse momento inicial não haver pessoal especializado, esses técnicos passaram a deter e a produzir um conhecimento sobre as situações práticas de degradação ambiental (NEDER, 2002).

A partir de meados dos anos 1980, ocorreu a migração de técnicos governamentais para o setor privado. Houve também um questionamento das empresas sobre os custos gerados pela política de punição pela poluição produzida (NEDER, 2002). O governo passou a incentivar e a financiar novas tecnologias para o controle de poluição atmosférica e hídrica. Foram criados escritórios particulares formados pelos ex-técnicos do setor público, que abriram a possibilidade do setor privado apropriar-se dos conhecimentos adquiridos pelas agências governamentais. É importante ressaltar que essas agências estatais de fiscalização encontravam-se muito desatualizadas em relação ao conhecimento existente no cenário internacional.

Em 1986, surgiu a legislação CONAMA 001, criando a obrigatoriedade de EIA/RIMA para alguns projetos. Tal situação criou uma demanda por recursos humanos capacitados a produzir estes estudos e relatórios. A partir desse período, ocorreu uma gradativa expansão nos dispositivos legais, constitucionais ou não, referentes à questão ambiental. A abertura econômica brasileira revelou a defasagem do setor industrial brasileiro não apenas em termos de produtividade, mas também nas questões ambientais.

O único propósito das empresas era descartar o mais rápido e economicamente os resíduos, de modo a atender os requisitos legais fixados unilateralmente por organismos governamentais distanciados da realidade tecnológica e econômica das empresas (BRASIL, 2000). Assim, o profissional ambiental atuava apenas para solucionar o problema no final dos processos, muitas vezes sem o mínimo conhecimento das causas de sua geração. Cabia a ele apenas viabilizar a redução dos custos de tratamento e de disposição (BRASIL, 2000). Em larga medida, a formação de recursos humanos ocorreu sob o enfoque controlista que não vislumbrava processos como um todo e principalmente no que tange o extra-fábrica, ou seja, o ambiente e as relações sociais.

Há uma crescente necessidade de recursos humanos preparados para fazer Gestão Ambiental. Esta é a principal justificativa do Referencial Curricular Nacional da Educação Profissional de Nível Técnico na área de Meio Ambiente. Nas palavras do documento: *“Para que este novo paradigma possa ser internalizado pela indústria, é necessário trazer o meio ambiente para dentro da fábrica e como consequência é necessária uma verdadeira revolução no perfil do profissional ambiental.”* (BRASIL, 2000, p.14).

Esta visão de revolução na formação profissional é explicada pelo documento através da necessidade de inserir nos currículos das instituições de ensino formal do país disciplinas para preparar profissionais que possam interpretar e implementar os requisitos da norma ISO 14.001 (BRASIL, 2000). A formação dos recursos humanos para a área ambiental vem embasada nas demandas de monitoramento e controle da poluição do mercado de trabalho público e privado (NEDER, 2005), e como afirma Leff:

As disciplinas tecnológicas desempenham uma função instrumental dentro da racionalidade econômica, e seus desenvolvimentos para adaptar-se aos objetivos do desenvolvimento sustentável não transtornam os princípios físicos, biológicos, mecânicos e termodinâmicos nos quais se fundam. (LEFF, 2001, p. 215)

Assim, a formação acadêmica do profissional da área ambiental necessita mais do que um simples apanhado de disciplinas dispersas para formar um currículo que atenda a nichos de ofertas de emprego. Ela deve priorizar o desenvolvimento do conhecimento sob uma visão crítica, que seja capaz de contribuir para a compreensão profunda e resolução de problemas ambientais. Profissionais da área ambiental com uma formação deficiente serão incapazes de levar adiante uma transformação verdadeira dos processos que degradam o ambiente. Tais profissionais servem apenas às empresas que se preocupam mais com suas imagens e lucros do que com a realidade dos problemas ambientais.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A contestação do padrão de produção do industrialismo, do desenvolvimento degradador e irresponsável em relação ao futuro gerou uma crise civilizatória que, eufemisticamente, chamamos de questão ambiental. No entanto, o discurso que revelou os problemas ambientais foi apropriado ideologicamente por agentes favoráveis à manutenção do *status quo*. Hoje, apesar de toda a disseminação do conteúdo ambiental, a questão ainda é tratada de modo superficial e alterada por diversas tendências.

Veículo maior por meio do qual se atinge a sociedade, a mídia tem buscado modificar e manipular a percepção pública das questões ambientais, devido a interesses econômicos, empresariais e governamentais. As empresas utilizam os recursos midiáticos e a crise ambiental como um investimento, buscando maneiras de sobressair em um mercado competitivo global, utilizando-se de mensagens ambientais ou de produtos com apelo ambiental.

Reflexões sobre a apropriação do termo Gestão Ambiental levam à substanciais dúvidas sobre a real motivação do setor empresarial em relação ao ambientalismo. Os desassossegos parecem ser mais devidos à mera busca da manutenção e fortalecimento das tendências pró-mercado do que à sensibilização em relação à crise ambiental.

O Estado não tem sido imparcial. Ele não assume seu papel de mediador dos conflitos socioambientais entre os diferentes agentes sociais, deixando transparecer interesses particulares em suas decisões. Ele também tem se mostrado incapaz de realizar uma fiscalização eficiente que, de fato, defenda os interesses coletivos. Além disso, ele se mostra incapaz de coordenar a ação de suas agências, que acabam atuando de modo incongruente.

Nosso breve resgate histórico sobre o aparecimento da Gestão Ambiental revela que

as pressões sociais desencadeiam uma reação do Estado, que promulga leis. Inicialmente, as empresas resistem a transformar suas atividades, mas são forçadas a cumprir a lei. Mais tarde, as empresas descobrem como utilizar a mídia na luta pelo controle das significações ambientais e, finalmente, algumas delas começam a perceber que uma política ambiental bem estruturada pode ser um “diferencial competitivo”.

Assim, corre-se o risco de que a capacitação para os profissionais da área ambiental seja apenas uma falácia acadêmica. Na situação atual, em lugar de gerar questionamentos da realidade, as Universidades e a ciência agem como mantenedoras da racionalidade econômica herdada do passado e expressam este posicionamento na formação oferecida aos alunos. Trabalhar a percepção ambiental de maneira a desenvolver a sensibilidade e os juízos corretos em relação à realidade ambiental é imprescindível à autêntica gestão do ambiente e, por isto, um dever das Universidades e da ciência que orienta o seu ensino.

## Referências Bibliográficas

ANDRADE, T.N. **Conservação ambiental e a mídia: novas tendências.** Texto disponibilizado para a disciplina 0110610 – Estágio Supervisionado em Ciências Humanas I, ESALQ/USP. Piracicaba, 2006.

ASSIS, W.F.T. **Representações da natureza e des-figuração dos conflitos socioambientais:** a publicidade dos setores elétrico, químico e petroquímico entre 1982 e 2002, 2005, p.203. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

ASSIS, W.F.T. Da natureza domada ao desenvolvimento sustentável: a invisibilidade e o ocultamento dos impactos ambientais na publicidade dos setores químico, petroquímico e elétrico. In: **ENCONTRO ANPPAS**, 3., 2006, Brasília. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br>>. Acesso em: 15 set. 2006.

BATALHA, E. Um cidadão do futuro. In: **Revista Amanhã**. ed. 187, abril de 2003. Disponível em: <<http://amanha.terra.com.br/edicoes/187/especial.asp>>. Acesso em: 19 abr. 2007.

BERNAN, D.M.; KNOEPFLI, A. **De ex-barão do amianto a guru do meio ambiente:** a metamorfose de Stephan Schmidheiny. (set. 2000) Disponível em: <<http://www.abrea.com.br/bermanGuru.pdf>>. Acesso em: 19 abr. 2007.

BOLDRIN, V.P.; BOLDRIN, M.S.T. **Gestão Ambiental e economia sustentável:** um estudo de caso da Destilaria Pioneiros S/A. In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO FEA-USP, 7., 2004, São Paulo. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br>>. Acesso em: 19 abr. 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação profissional**. Referenciais curriculares nacionais da educação profissional de nível técnico. Área profissional: meio ambiente. Brasília, 2000.

BRYANT, J.; ZILLMANN, D. **Media effects**: advances in theory and research. Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates, 2002.

CARSON, R. **Silent spring**. Londres: Penguin Books, 1999.

CARVALHO, J.C. Poder Executivo. In: TRIGUEIRO, A. (Coord.). **Meio Ambiente no século 21**: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento. Rio de Janeiro: Sextante, 2003, p. 258-273.

CASTORIADIS, C. **As encruzilhadas do labirinto**. São Paulo: Paz e Terra, 1987. vol. 1.

CHOMSKY, N. **Media control**: the spectacular achievements of propaganda. New York: Seven Stories Press, 1997.

COIMBRA, J. A. A. Linguagem e Percepção Ambiental. In: PHILIPPI JÚNIOR, A.; ROMÉRO, M.A.; BRUNA, G.C. (Ed.) **Curso de gestão ambiental**. Barueri: Manole, 2004, v. 1, p. 525-570.

DAROIT, D.; LIMA, M.A.B.; NASCIMENTO, L.F. Papel da inovação ambiental na estratégia competitiva da empresa. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE, 5., 1999, São Paulo. **Anais do encontro nacional sobre gestão empresarial e meio ambiente**, 5., 1999, p. 15-24.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996.

EGRI, C.P.; PINFIELD, L.T. **As organizações e a biosfera**: ecologia e meio ambiente. Disponível em: <<http://disciplinas.adm.ufrgs.br/jaragua/bibliograf/orgbio.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2007.

GERBNER, G. **Against the mainstream**. New York: Peter Lang Publishing, 2002.

HERMAN, E.S.; CHOMSKY, N. **A manipulação do público**: política e poder econômico no uso da mídia. São Paulo: Futura, 2003.

HOBBSBAWN, E. **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JORGE, W.E. Política e planejamento territorial. In: PHILIPPI JÚNIOR, A.; ROMÉRO, M.A.; BRUNA, G.C. (Ed.) **Curso de gestão ambiental**. Barueri: Manole, 2004. v. 1. p.737-758.

KRAEMER, M.E.P. **Gestão ambiental:** um enfoque no desenvolvimento sustentável. Disponível em: <  
[http://www.ambientebrasil.com.br/gestao/des\\_sustentavel.doc](http://www.ambientebrasil.com.br/gestao/des_sustentavel.doc)>. Acesso em: 20 nov. 2006.

KUHN, T.S. **A estrutura das revoluções científicas.** São Paulo: Perspectiva, 2003.

LAYRARGUES, P.P. **A cortina de fumaça.** São Paulo: Annablume, 1998.

LEFF, E. **Saber ambiental:** sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis: Vozes, 2001.

LEIS, H.R.; D'AMATO, J.L. O ambientalismo como movimento vital: análise de suas dimensões histórica, ética e vivencial. In: CAVALCANTI, C. (Org.) **Desenvolvimento e natureza:** estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez, 1995. p. 77-103.

LOVELOCK, J. **A vingança de Gaia.** Rio de Janeiro: Intrínseca, 2006.

McCORMICK, J. **Rumo ao paraíso:** a história do movimento ambientalista. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

NEDER, R.T. **Crise socioambiental:** estado e sociedade civil no Brasil (1982-1998). São Paulo: Annablume; Fapesp, 2002.

NEDER, R.T. **Socioambiental é escrito junto.** Disponível em: <  
<http://www.paulofreire.org/Biblioteca/socioambiental.htm>>. (2005). Acesso em: 20 set. 2006.

PELICIONI, A.F. Trajetória do movimento Ambientalista. In: PHILIPPI JÚNIOR, A.; ROMÉRO, M.A.; BRUNA, G.C. (Ed.) **Curso de gestão ambiental.** Barueri: Manole, 2004, v. 1, p. 431-457.

PHILIPPI JÚNIOR, A.; AGUIAR, A.O. Auditoria ambiental. In: PHILIPPI JÚNIOR, A.; ROMÉRO, M.A.; BRUNA, G.C. (Ed.) **Curso de gestão ambiental.** Barueri: Manole, 2004, v. 1, p. 805-856.

PHILIPPI JÚNIOR, A.; AGUIAR, A.O.; MOLLER, B.R. Gestão Ambiental: a empresa e a sustentabilidade do seu desenvolvimento. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE, 5., 1999, São Paulo. **Anais do encontro nacional sobre gestão empresarial e meio ambiente**, 5., 1999. p. 1-14.

PONTING, C. **Uma história verde do mundo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

QUINTAS, S.J. **Introdução à Gestão Ambiental Pública.** Brasília: Edições IBAMA, 2002.

RAMOS, L.F. **Meio ambiente e meios de comunicação**. São Paulo: Annablume, 1995.

SCHMIDHEINY, S. **Mudando o rumo**: uma perspectiva empresarial global sobre desenvolvimento e meio ambiente. Rio de Janeiro: Fundações Getúlio Vargas, 1992.

SHANAHAN, J.; McCOMAS, K. **Nature stories**: depictions of the environment and their effects. Cresskill: Hampton Press, 1999.

SHIMADA, J. Gestão ambiental: como produzir sem destruir. In: **Boletim técnico de pesquisa da soja**. Rondonópolis: Fundação MT, 2006, p. 250-259.

SOUZA, R.S. **Evolução e condicionantes da gestão ambiental nas empresas**. Disponível em: <  
<http://www.gmn.com.br/arquivos/EVOLCONDGESTAMBEMPRES.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2006.

TEUGELS, M.; KROLS, N. **Crônica de um crime do “progresso”**. Le Monde Diplomatique Brasil, edição de dez. 2006. Disponível em: <  
<http://diplo.uol.com.br/2006-12,a1468>>. Acesso em: 19 abr. 2007.

VIEGAS, C. **ABREA deve entrar na justiça contra o Ministério da Saúde contra suspensão da Portaria 1851/2006**. (16/01/2007). Disponível em: <  
<http://www.abrea.com.br/liminarabrea.htm>>. Acesso em: 19 abr. 2007.

---

#### **Informações sobre os autores:**

\* Prof. Dr. Antônio Ribeiro de Almeida Júnior, Docente do Departamento de Economia, Administração e Sociologia Rural da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, ESALQ – USP.

**Contato:** [almeidaj@esalq.usp.br](mailto:almeidaj@esalq.usp.br)

\*\*Fernanda Mancilha Fontes, aluna do Curso de Mestrado em Ecologia Aplicada do PPGI-EA – CENA – ESALQ – USP.

\*\*\*Carolle Utrera Alarcon; Fábio Moreira Pinto da Silva; Isabela Cristina Gomes Pires; Kátia Maria Sampaio Cezarino; Márcia Cristina Martilho; Tatiana Mitsusaki Ricci Xavier; Thais Felipe de Melo, alunos do Curso de Gestão Ambiental da ESALQ – USP.